

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

POR UMA LEITURA ESPACIAL DO PROBLEMA DA INSEGURANÇA URBANA: ESPAÇO, MEDO
E AS FORMAS POSSÍVEIS DE REPRESENTAÇÕES.

Ivan da Silva Queiroz (MDU/UFPE - URCA)

Por uma Leitura Espacial do Problema da Insegurança Urbana: Reflexões Acerca das Interfaces entre Espaço, Medo e as possíveis formas de Representações.

RESUMO

Ao focalizarmos a questão da insegurança nas cidades brasileiras em face do problema da violência urbana, buscando em particular as suas repercussões no âmbito da produção espacial urbana, observamos uma situação cujas variáveis, *espaço* e *medo/insegurança*, mantêm vínculos irrefutáveis. Ao assumirmos este desafio, optamos por investigar as relações que se estabelecem entre a *cidade* e o *medo da violência urbana*, tendo em vista as conexões existentes entre as formas manifestação espacial e as conseqüentes representações sociais. Portanto, interessamo-nos por investigar tanto as repercussões espaciais *do* medo da violência urbana, quanto àquelas forjadas noutra plano, do social, privilegiando a influência do arranjo espacial urbano na geração de expectativas de insegurança e medo ou mesmo de indiferença diante do problema. Tendo em vista a recorrência desse fenômeno, torna-se cada vez mais necessário indagar acerca dos significados desse processo, seja no âmbito do tecido da cidade, seja no que toca a questão da (in)segurança urbana. Todavia, o que se evidencia é que se torna cada vez mais impossível reduzir o espaço à condição de variável dependente nesse processo. Assim, nos colocamos diante de um dilema e, conseqüentemente, de um desafio. É sobre ele que temos nos debruçado nos últimos tempos e sobre o qual nos propusemos discutir aqui.

Por uma leitura espacial do problema da insegurança urbana: reflexões acerca das interfaces entre espaço, medo e as possíveis formas de representações.

Introdução

Ao focalizarmos a questão da insegurança nas cidades brasileiras em face do problema da violência urbana, buscando em particular as suas repercussões no âmbito da produção espacial urbana, observamos uma situação cujas variáveis, espaço e medo/insegurança, mantêm vínculos irrefutáveis. A constatação de que espaços e/ou lugares da cidade ganham novas espacialidades de acordo com os níveis de insegurança urbana percebidos por suas populações já se tornou senso comum. É absolutamente consensual a certeza de que nesse movimento a ordem de grandeza das variáveis em questão são diretamente proporcionais. Isto é, ao passo que aumenta o nível de insegurança urbana o apelo ao que denominamos de espacialidades do medo torna-se ainda mais efetivo e incisivo no âmbito da paisagem urbana.

Todavia, tendo em vista a recorrência desse fenômeno, torna-se cada vez mais necessário indagar acerca dos significados desse processo, seja no âmbito do tecido da cidade, seja no que toca a questão da (in)segurança urbana. Cada vez mais se torna necessário responder se: *as espacialidades do medo tornam-se mais recorrentes na medida em que aumenta o medo da violência urbana ou é esse sentimento que ganha força na medida em que se multiplicam essas espacialidades?*

Com certeza a resposta a esta indagação não é fácil e tampouco simplista. Todavia, o que se evidencia é que se torna cada vez mais impossível reduzir o espaço à condição de variável dependente nesse processo. Assim, nos colocamos diante de um dilema e, conseqüentemente, de um desafio. E é sobre ele que temos nos debruçado nos últimos tempos e sobre o qual propusemos algumas diretrizes, ainda não definitivas, para investigação e análise.

A constatação do problema

O problema da insegurança decorrente da situação de violência vivida nas cidades, especialmente nas grandes cidades brasileiras, converteu-se, se não no maior, num dos mais graves problemas enfrentados pelas populações urbanas. Não por acaso. O comportamento das taxas de vitimização, verificadas a cada ano, apontando sempre para um movimento ascendente das taxas da *violência urbana*, somado a fragilidade dos mecanismos de *contenção* e *controle* em uso ou em curso nas cidades, reforçam expectativas de *insegurança* e *vulnerabilidade* da sociedade e do espaço urbano em face do problema.

Os elementos sublinhados sedimentaram-se de modo tal no quadro sócio-espacial urbano brasileiro, ganhando contornos cada vez mais nítidos no final do século passado e no princípio do século XXI, que qualquer expectativa de superação ganha ares (é vista como) de utopia. Ora, até que se prove o contrário, para o cidadão, a violência urbana converteu-se num dado inexorável da realidade. Isso explica em grande parte o senso de banalização recorrente na sociedade diante da violência do dia a dia.

Apesar dos esforços empreendidos por parte do Estado e da sociedade no sentido de conter, mitigar, ou mesmo controlar o problema, tanto na esfera pública quanto na esfera privada, os indicadores, fatos, relatos, notícias e a cidade em si alardeiam o descontrole da situação e aguçam expectativas de insegurança e medo. Esta constatação se fortalece quando se observa as estatísticas da violência, cujas médias e taxas apontam de um lado persistência do problema e do outro a tendência de hipertrofia dos índices.

Os números de homicídios registrados nas últimas décadas, por exemplo, ainda que se duvide da fidedignidade dos mesmos, são ilustrativos da situação aludida acima. Dados divulgados pelo Ministério da Justiça, em especial aqueles referentes às taxas de vítimas de homicídiosⁱ causados por arma de fogoⁱⁱ, permitem um dimensionamento mais preciso.

Em 1980 a taxa anotada foi de 9,5 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes das regiões metropolitanas. Nos quinquênios seguintes a taxa saltou para 14,2 em 1985, 21,8 em 1990, 26,2 em 1995 e 29,6 em 2000. Por fim, no último ano da série, 2002, atingiu a taxa de 33,5. Vale salientar que o movimento ascendente deste indicador persistiu em praticamente todo o percurso desenhado pelas taxas anotadas ano a ano, a exceção dos períodos de 1989 a 1992 e 1995 e 1996 que apresentaram curvas declinantes.

A constatação desse quadro torna ainda mais compreensível o nível elevado de preocupação e angústia das populações urbanas no que tange à segurança pública, seja na esfera pública quanto na esfera privada.

Os números divulgados em uma pesquisa realizada junto a população de uma importante capital do país acerca do problema em tela permite-nos ilustrar essa situação. Esta pesquisa, desenvolvida junto a uma amostra da população de Fortaleza pelo o instituto UltraData e divulgada no jornal O Povo (O Povo, 21/05/2005), constatou que a insegurança preocupa 65,5% dos fortalezenses. Segundo o mesmo levantamento, o problema da insegurança preocupa mais do que temas como o desemprego, a saúde, a educação, a corrupção e o custo de vida. A pesquisa apurou ainda que do universo de 621 pessoas entrevistadas pelo

UltraData, 27,6% haviam sido vítimas de assaltos nos últimos doze meses precedentes ao período da pesquisa e 58,6% conheciam alguém que havia sofrido roubo, seqüestro ou furto.

Se não bastassem os números oficiais, de certa maneira bastante questionáveis quanto à fidedignidade dos mesmos diante da realidade, não se pode desprezar o volume de informações disponíveis sobre o tema da (in)segurança na cidade. E se por um lado essas informações circulam, de forma intensiva nos meios de comunicação e de forma extensiva a todos os veículos; por outro, sob a forma de mensagens e sinais, são geradas e difundidas por e a partir do ambiente (urbano) construído.

TVs, rádios, revistas e jornais informam diuturnamente as mazelas da violência nos lembrando que a cidade está em crise e os seus habitantes submetidos, indistintamente, aos riscos da violência. Vale salientar que a expressiva capilaridade destes veículos de comunicação, sobretudo dos dois primeiros, possibilita que essas informações ecoem nos mais amplos e diversos segmentos da sociedade e do espaço.

As populações de forma geral, inclusive aquelas que habitam as zonas rurais, estão submetidas sistematicamente a um volume incalculável de notícias da violência urbana. A exposição é de tal ordem que o telespectador, o ouvinte ou o leitor assíduo, especialmente dos programas e/ou seções policiais, já não consegue mais se surpreender. Afinal, a recorrência dos fatos e das notícias da violência local e em escala nacional ocorre de forma tão ostensiva e intensiva que ao cidadão não se permite outra perspectiva que não a da banalização. Portanto, os números oficiais divulgados esporadicamente, se comparados às informações colhidas diariamente, dizem muito pouco da realidade. Nesse sentido, a imprensa, especialmente a televisão, a exemplo do que ocorre com outros temas, exerce forte influência na formação de um senso comum (Representação social) da realidade em questão.

Aqui é preciso fazer um pequeno parêntese, no que tange ao papel dos meios de comunicação de massa na constituição da opinião e esfera públicas. Devemos salientar que o debate sobre os meios de comunicação de massa é extremamente complexo e produziu uma literatura própria que não constitui o foco do presente estudo. Mas, dada a sua importância, sobretudo no processo de produção de representações sociais sobre a esfera pública, em particular na sua versão urbana, há uma observação que parece digna de nota para o debate em tela. Para isso, recorreremos à Sandra Jovchelovitch em seu livro *Representações Sociais e Esfera Pública*. Para ela,

“O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa faz com que seja cada vez mais irrelevante o encontro direto para o estabelecimento de conversação e discussão, bem como a troca de informação. A mediação dos meios de comunicação de massa produz um deslocamento na experiência pública e, ao mesmo tempo, dá forma aos saberes possíveis que esta experiência desenvolve sobre si mesma. Ao tornar-se a forma mais difundida de comunicação social das sociedades contemporâneas, *os meios de comunicação de massa informam e formam a esfera pública*. Eles o fazem de tal forma que informação e representações sobre a esfera pública substituem toda e qualquer experiência na esfera pública.” Jovchelovitch (2000, p. 86) – Grifos nossos.

Sobre a esfera pública, objeto de investigação de Jovchelovitch, produziu-se uma extensa e rica reflexão cujo expoente principal é Jürgen Habermas. Para esse autor a esfera pública se define como um espaço de livre acesso para os cidadãos se encontrarem para o debate público de questões da vida comum e onde as diferenças e/ou desigualdades de posições e condições são descartadas (Habermas, 1984). Seguindo esta perspectiva de análise, Jovchelovitch (2000 e 2003) sustenta que, ainda que se questione o caráter utópico da proposição habermasiana, nem mesmo os mais críticos negariam a importância da esfera pública enquanto conceito fundamental para a normatividade da vida democrática. Quanto ao debate atual da esfera pública, a autora o situa em dois níveis. Num primeiro é discutida como um conceito-guia no projeto político de estabelecer uma democracia radical, no segundo, como um fenômeno histórico, aberto a avaliação e crítica (ibidem, 2000).

Ao se avistar a realidade brasileira, não é preciso muito esforço para se observar as feições da esfera pública no Brasil. Na sua face mais crua, ela revela corrupção, nepotismo, clientelismo e desigualdade além da violência. Na sua face mais sutil, ela mostra uma lacuna profunda entre os direitos constitucionais e a vida cotidiana, fazendo da cidadania uma condição perdida nas palavras vazias da retórica oficial (Jovchelovitch, 2003).

No que se refere ao problema da violência, conforme sublinhado acima, o drama vivido na esfera pública é compartilhado por todos por meio da imprensa, especialmente pela TV. Os programas comprometidos com esse tema, a exemplo do Cidade Alerta (TV Band) e do Linha Direta (Rede Globo), ambos com transmissão nacional, se consolidam nas grades de programação nacional e local das redes de televisão brasileira. Isso sem falar no Fantástico, revista eletrônica de domingo da Rede Globo, tido como o “fantástico show da vida”, que um renomado geógrafo brasileiro qualificou como sendo “o fanático show da vítima”.

A cobertura dos eventos de violência nas cidades, muitas vezes transmitidos em detalhes que escapam a observação in loco, graças aos recursos de imagem e edição, muitas vezes exibindo e explorando a dor e aflição das vítimas, alcança praticamente todas as pessoas e todos os lugares, inclusive de fora do país. Dessa forma, os meios de comunicação de massa concorrem diretamente para a sublimação de toda e qualquer experiência com a esfera pública.

O espaço que se forma também informa

Todavia, se a esfera pública, aqui compreendida como projeto acalentado na modernidade que ainda não se realizou por inteiro, parece redutível ao plano midiático, o espaço e o cotidiano não o são, pelo menos não totalmente. É no âmbito da espacialidade urbana e no plano do cotidiano que a realidade imediata se revela em toda sua complexidade. Apesar de se reconhecer a construção de uma representação da insegurança urbana repercutida em escala nacional a partir de imagens e notícias das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, na escala dos lugares esta construção só tem efeito quando identificada na trama espacial e no cotidiano locais. É nesta escala que se desenha a esfera pública possível.

Portanto, a despeito da cobertura ensejada pelos veículos de comunicação de massa, bem como do caráter emblemático dos números consolidados nas estatísticas da violência, é preciso levar em conta os sinais impressos na paisagem urbana que por sua vez também enunciam um perigo iminente. Estes sinais ganham contornos nítidos no ambiente construído na medida em que inovações e adaptações são incorporadas ao espaço urbano com o intuito de inibir ou dissuadir ações violentas. Essas mudanças, ao serem programadas para dotar o ambiente de anteparos à violência, se convertem em reflexos imediatos da crise da (in)segurança já tão decantada pela mídia. Desta forma, a cidade, aqui entendida enquanto forma conteúdo (Santos, 1996), ao mediatizar o drama e a angústia enfrentado pelas populações, torna-se ela mesma portadora e/ou catalizadora de sentimentos de insegurança e medo.

Até aqui procuramos demonstrar três formas de contado da sociedade com o problema da insegurança urbana, isso para ficar com aquelas que consideramos mais elementares e acessíveis às pessoas sem, contudo, nos preocupar em medir a influência e o peso de cada uma. Os números oficiais, a imprensa e a realidade espacial imediata representariam essas três modalidades de representação da insegurança urbana. Todavia, é para o terceiro aspecto que queremos reivindicar a atenção merecida e sobre o qual pretendemos nos debruçar.

Partimos do pressuposto de que a cidade, apreendida enquanto forma conteúdo, sobretudo no que se refere a mediatização de sentimentos de insegurança e medo, possui um fortíssimo caráter representativo. Não só a realidade imediata como alhures, no espaço e no tempo, ilustram bem os significados impressos e transmitidos por e a partir do espaço.

Sobre este debate, julgamos pertinente explicar o porquê da nossa escolha e pontuar os marcos conceituais decorrentes desta escolha.

Em primeiro lugar, por razões óbvias, tendo em vista os limites impostos por nossa capacidade de análise, este interesse se explica pela necessidade de se fomentar um debate até então negligenciado. Trata-se da discussão do espaço enquanto categoria dinâmica no que tange ao debate da questão da (in)segurança urbana e que, portanto, a exemplo dos indicadores de violência e das demais formas de representação do problema, não pode ser interpretado como variável neutra. Do nosso ponto de vista, até pelo caráter das representações sociais, muito pelo contrário. As duas primeiras dimensões, indicadores de criminalidade e imprensa, não o são pelas razões já explicitadas anteriormente, já o espaço não o é, pela própria natureza social que lhe é inerente.

A última assertiva é corroborada por Milton Santos quando o mesmo afirma que,

“O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo, o espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realidade social.” (Santos, 1994, p.26-27)

Além da abstinência reflexiva em relação ao espaço no debate em tela, vale sublinhar os enfoques que o reduzem a condição de cenário, visão patente, por exemplo, no pensamento de Bárbara Freitag (2002). Por outro lado, ainda persiste uma abordagem da violência na cidade segundo a qual, a nosso juízo equivocada, “(...) suas causas não seriam sociais, mas ecológicas, já que imputa ao meio ambiente chamado de cidade a capacidade *per si* de gerar violência” (Oliveira, 1982, p.26).

A despeito das posições teóricas que depõem em contrário, a noção de espaço urbano aqui admitida, ultrapassa a clássica concepção de espaço palco, conceito legado da escola neopositivista de geografia. De forma mais abrangente, apoiamo-nos em Mark Gottdiener que

após dialogar com o pensamento de H. Lefebvre e partilhar de suas idéias faz a seguinte constatação:

“O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade de engajar-se na ação. Isto é, num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (a função da ordem social).” (Gotdiener 1993, p. 127)

Nesse sentido concordamos com a posição sustentada por Milton Santos, a saber, a de que “(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada – subordinante” (Santos, 1996a). Dito de outro modo, o espaço pode ser interpretado como sendo reflexo e condicionante social (Corrêa, 1992).

Compreendido como elemento dinâmico e ativo no ordenamento da vida social, especialmente na sua dimensão urbana, o componente espacial desponta como variável imprescindível a qualquer exercício de análise da realidade objetiva. Todavia, no que tange ao debate da crise de segurança nas nossas cidades, a abordagem mais recorrente, especialmente aquela elaborada por parte do Estado, o reduziu à condição de variável dependente e/ou periférica. Sob esta ótica, predomina a visão unilateral de que as cidades, especialmente a partir de suas espacialidades, territorialidades e arquitetura cunhadas pelo medo da violência urbana, representam o reflexo do problema. Não por acaso, o discurso mais difundido é aquele que define os espaços e/ou lugares como (des) protegidos (p.ex., por grades, muros, polícia, segurança privada etc) em detrimento da idéia de espaços e/ou lugares (in) seguros, cuja natureza do fator (in) segurança, na nossa avaliação, significa, também, uma condição per se – sobre isso, nos deteremos mais adiante, nos próximos capítulos.

Entretanto, apoiamo-nos no fato de que o mais importante não é a redefinição da ordem das variáveis espaço e medo da violência urbana. Afinal, não temos nenhuma pretensão de reeditar o debate invertendo a relação de dependência e independência apregoadas respectivamente às variáveis espaço e medo.

Na nossa perspectiva realçamos o caráter dinâmico do espaço que, a exemplo da variável medo, é a um só tempo reflexo e condicionante social. Assim, ao focalizar a relação entre o espaço urbano e o problema da insegurança nas cidades, não podemos deixar de verificar as possibilidades de *feedback* existentes entre as duas dimensões. Nesse sentido, torna-se imperativo privilegiar o caráter dialético dessa relação. Em última instância, em se tratando da

investigação da questão da insegurança urbana, pleiteamos ao espaço a condição de variável ativa e dinâmica. Logo, deve ser considerando não como um palco/continente, mas como um produto/meio suscetível à tensão e à tranquilidade, ao dinamismo e à aridez bem como à segurança e à insegurança.

A propósito, ao assumirmos este desafio, optamos por investigar as relações que se estabelecem entre a *cidade* e o *medo da violência urbana*, tendo em vista as conexões existentes entre as formas manifestação espacial e as conseqüentes representações sociais. Portanto, interessamo-nos por investigar tanto as repercussões espaciais *do* medo da violência urbana, quanto àquelas forjadas noutra plano, do social, privilegiando a influência do arranjo espacial urbano na geração de expectativas de insegurança e medo ou mesmo de indiferença diante do problema.

Este segundo aspecto nos instiga a perguntar como os atores sociais urbanos avaliam e definem os espaços que moram, frequentam, circulam ou conhecem na cidade, especialmente aqueles lugares demarcados por iniciativas de isolamento e proteção. Noutros termos, ao por em relevo as idéias e concepções formuladas por sujeitos coletivos, sejam eles moradores, usuários ou transeuntes acerca de um aspecto particular a realidade a qual estão circunscritos, estamos nos remetendo ao que Serge Moscovici denominou de *Representações Sociais*.

Vale salientar que pelo fato mesmo de que ela é um dos instrumentos graças ao qual o indivíduo, ou o grupo, apreende seu ambiente, um dos níveis em que as estruturas sociais lhe são acessíveis, “a representação desempenha um papel na formação das comunicações e das condutas sociais”, nos diz Herzlich (1972:306-307, *apud* Sá, 1993 31-32).

É importante ressaltar que as representações sociais, enquanto formas de saber social especialmente ligadas à ancoragem do que é novo, e da diferença implícita que todo novo contém, estão radicadas nas estruturas sociais da modernidade. Elas necessitam da confluência de perspectivas diferentes, dos conflitos, choques e encontros que ocorrem quando diferentes modos de vida passam a co-existir. Típicas, portanto, de esferas públicas de-traditionalizadas, as representações sociais emergem como saberes que possuem flexibilidade para absorver racionalidades diferentes (Jovchelovitch, 2000).

Neste contexto, cujos parâmetros e convenções usualmente acionados para mediar o reconhecimento da realidade, tornam-se cada vez mais confusos, fenômenos, objetos e ações emergem como sinônimos de um contexto totalmente novo, não exatamente moderno, mas carregado de sentido e significados “novos”. Por exemplo, a moradia nas cidades,

frequentemente associada à atividade de detenção, visto que as unidades residenciais estão cada vez mais parecidas com unidades prisionais.

A perspectiva de análise que privilegia as representações sociais de lares ou mesmo de uma cidade pode ser reveladora, a exemplo do trabalho desenvolvido por Denise Jodelet em colaboração com Stanley Milgram (Jodelet & Milgram, 1977; e Milgram, 1984), versando sobre as imagens sociais de Paris, sublinhado por Moscovici (2003). Esse trabalho mostrou que o espaço urbano, ou a matéria-prima do dia-a-dia, é totalmente determinado pelas representações e não é, de nenhum modo, tão artificial como estamos acostumados a crer. Além do mais, adverte Moscovici, “esse estudo confirma nossa afirmação que o pensamento é uma atmosfera social e cultural, pois nada pode estar mais grávido de idéias, do que uma cidade.” (Ibid, p.98).

Portanto, na perspectiva de análise até aqui delineada as variáveis *espaço, segurança, insegurança/medo e representações sociais* delimitam um caminho de mão dupla cujo traçado é circular. Ademais, vale salientar que, tanto na demarcação deste percurso quanto no intercâmbio entre as três dimensões aludidas, os mecanismos de *contenção e controle privados* da violência urbana, bem como aqueles de isolamento social – ambos conformados sob a forma de sistemas de objetos e ações mobilizados e organizados estrategicamente e/ou taticamente –, têm importância e peso relevantes.

A relevância das variáveis geográficas

Na condição de variáveis privilegiadas, faz-se necessário referenciar aquelas dimensões que compõem a matriz espacial em foco. Primeiramente, no que tange às formas de manifestação da relação aludida anteriormente, nosso interesse privilegia a análise das especificidades do ambiente construído que convencionamos chamar de *espacialidades do medo*. Em segundo lugar, em se tratando da escala de realização das atividades e fluxos, bem como de identificação dos sujeitos, destacamos o *lugar*. E por fim, elegemos a *paisagem* por significar o domínio preferencial da mediatização simbólica.

Por espacialidade, subentende-se uma forma particular de organização espacial contida e/ou característica de um determinado momento histórico. Apesar de representar, de um lado, certa forma de organização geral do espaço social, por outro, representa características intrínsecas que a qualificam e a diferenciam socialmente, historicamente, e porque não dizer simbolicamente, das outras. Considerar as espacialidades urbanas consiste, pois, em levar em conta as propriedades atinentes ao espaço e/ou aos lugares. Propriedades estas que, sejam de

caráter social, histórico, ou simbólico, no âmbito do território, podem ser concebidas como atributos do território (Raffestin, 1993).

Ao admitirmos a influência do caráter simbólico na espacialidade urbana, assim como a pertinência das representações sociais para a análise espacial, estamos nos remetendo a uma corrente particular do pensamento geográfico denominada de Geografia Cultural.

Para esta vertente da Geografia, a abordagem a partir da perspectiva da cultura consiste na leitura e interpretação das relações homem/meio, o que significa por em relevo a natureza e significado da experiência humana com o seu meio, os recortes da realidade física e social operados pelas pessoas, a riqueza da imaginação que dá sentido às geografias as mais diversas – a experiência do espaço, e que se explore a maneira pela qual se constituem as identidades e os territórios (Claval, 2001). Neste sentido, torna-se cada vez mais essencial captar as várias facetas da experiência que os indivíduos têm do espaço, suas territorialidadesⁱⁱⁱ, e, portanto, desenvolver novos instrumentos para explicar a natureza dos grupos sociais e suas formas de organização espacial. Para Claval, importa “compreender como a vida dos indivíduos e dos grupos se organiza no espaço, nele se imprime e nele se reflete” (Claval, 2001, p.40 – grifos nossos).

As categorias lugar e paisagem, definidas respectivamente como escala e dimensão privilegiadas na matriz conceitual da nossa investigação, detêm foro especial no quadro das pesquisas desenvolvidas pela Geografia Cultural. Não por acaso, aí encontramos o aporte mais atualizado do ponto de vista teórico e metodológico acerca destas categorias. Portanto, foi a partir desta escola que abalizamos os conceitos de lugar e paisagem.

Ao considerar a categoria lugar, tomamos como referência a sua compreensão enquanto um espaço social vivido e dotado de significado, bem como uma realidade intersubjetivamente construída com base na experiência concreta de indivíduos e grupos. Nesta acepção, mais específica, *lugar* não é, simplesmente, sinônimo de local ou um espaço qualquer, delimitado segundo critérios puramente “objetivos” (Tuan, 1983). O lugar, para Tuan, seguindo os princípios fenomenológicos referentes à noção do mundo vivido, trata-se de um centro pleno de valores e aspectos familiares indissociáveis, assim como de evocações que permitem a pessoa “sentir-se em casa”. A idéia de familiaridade, compreendida como fruto da experiência dos indivíduos e grupos sociais, é marcante no pensamento de Tuan e tornou-se bastante significativa para a nossa análise.

Neste aspecto a obra de Tuan é bastante fecunda, especialmente se considerado o livro *Topofilia*, editado em 1974 e publicado no Brasil em 1978. Neste trabalho o autor chama a atenção para o conceito de vivido a partir dos laços topofílicos, ou seja, todo tipo de ligação afetiva entre os indivíduos e o meio ambiente. Por topofilia, o geógrafo Yi-Fu Tuan e o filósofo Gaston Bachelard (1978) interpretam o sentimento despertado pelo espaço apropriado, da convivência e da felicidade, que se contrapõe ao espaço indiferente, abandonado à medida do geômetra. Quanto à identificação deste espaço como lugar, recorremos à Ana Fani quando ela diz,

“O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores , é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade lato sensu a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida / conhecida em todos os cantos.” (Carlos, 1996, p.20-21)

Todavia, Tuan observa que estes laços topofílicos concorrem para o estágio da agorafolia, condição concernente à filiação, à empatia, à ternura ou ao amor a espaços públicos, amplos e abertos.

Porém, como os indivíduos e os grupos sociais não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da mesma maneira, não recortam a realidade segundo as mesmas perspectivas e em função dos mesmos critérios, não identificam neles as mesmas vantagens e os mesmos riscos, não associam a eles os mesmos sonhos e as mesmas aspirações, não investem neles os mesmos sentimentos e a mesma afetividade. Assim, em oposição aos laços *topofílicos*, Tuan (1978) antevê a emergência de sentimentos de *topofobia*, *agorafobia* e *clautrofobia*. Condições estas, oriundas de estados de pavor, aversão e medo.

As possibilidades de representação aludidas pelo autor, a despeito do caráter paradoxal do espaço geográfico, derivam, de um lado, das especificidades da configuração espacial (espacialidades) e, do outro, além da experiência, das formas como os sujeitos vêem e interpretam o espaço.

É nessa perspectiva levantada por Tuan que sustentamos a hipótese de que o espaço, assim como as estatísticas, bem como os fatos e as notícias, desempenha papel significativo e nada desprezível no processo de (in)formação e/ou definição da realidade sócio-espacial urbana. Evidentemente que existem outros aspectos e nuances presentes neste processo que podem ser tão importantes quanto estes aqui referidos, mas cuja apreciação e discussão não cabem neste

espaço e momento. A idéia que queremos reter aqui é a de que a leitura e interpretação das espacialidades urbanas podem ser decisivas no processo de identificação tanto de lugares seguros quanto inseguros, tranquilos ou intranquilos, calmos ou tensos etc.

E é justamente entre esse olhar e a interpretação subsequente que a paisagem invariavelmente se interpõe como suporte para a produção de sentidos e significados, portanto, para mediação simbólica.

O conceito de paisagem ao qual nos reportamos vai de encontro com a perspectiva apontada por James Duncan, recentemente muito acalentada nos estudos culturais, cujo mote principal é a análise da metáfora da paisagem como um texto. Por meio de seu trabalho *The City as Text*, Duncan pretende, fornecer uma metodologia para a interpretação das paisagens; mostrar como a paisagem, entendida como processo cultural, pode servir a reprodução e à contestação do poder político; além de analisar o relacionamento entre paisagem e poder político em um lugar e tempo determinado: a capital real do Kandy, no Sri Lanka, durante os primeiros anos do século XIX (1990, p.3).

A paisagem para Duncan, por codificar informações, deve se interpretar, a exemplo do que fora proposto por Raymond Williams acerca da cultura, como um “sistema significante”. Para ele a paisagem consistiria em

“(…) um dos elementos centrais de um sistema cultural, como uma reunião ordenada de objetos, um texto [...] através do qual um sistema social é comunicado, reproduzido, experimentado, e explorado” (Duncan, 1990, p.17).

Outros autores ao partilharem desta mesma perspectiva são Clifford Geertz (1989), que aponta a paisagem como um texto, e Cosgrove & Jakson (1987). Estes últimos, de inspiração mais marxista, consideram que a paisagem deve ser lida e interpretada como documento social.

No que tange ao nosso desafio, de refletir acerca do espaço produzido e vivenciado sob a égide do medo, o enfoque pretendido da paisagem apóia-se preferencialmente em Duncan e Geertz, especialmente nas orientações do primeiro.

Ao tratarmos do componente medo aqui, nunca é demais lembrar, estamos nos remetendo ao medo da violência urbana que, no caso Brasileiro, já é tido como um dado inequívoco da realidade. E essa situação se apresenta de modo tal que a própria dimensão do viver na cidade passa ser pré-concebida como sendo passível de risco, corroborando com a idéia já amplamente difundida de *insegurança urbana*. Desta forma, a convivência com o medo da

violência se converte em representação social da vida na cidade. Por conseguinte, no planejamento das atividades urbanas, da mais simples às mais complexas, a questão da segurança, especialmente na esfera privada, emerge como preocupação elementar e permanente. Na mesma proporção, firma-se a demanda por equipamentos e serviços de proteção que se traduzam em mecanismos de contenção e controle da violência.

Referências bibliográficas

- BACHELARD, G. A poética do espaço. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (p.181-354).
- CALDEIRA, T. P. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed.34/Edusp, 2000.
- CARLOS, Ana. Fani. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CERTEAU, M. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: SZMRECSANYI, M. I. de Q. F. (Org.). *Anais do Encontro: Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano*, São Paulo, USP-FAU, 1985 (p. 1-19).
- CLAVAL, P. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: EUERJ, 2001.
- CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1993.
- COSGROVE, D. E.; JACKSON, P. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia cultural: um século (II)*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000. (p. 15-32).
- COSGROVE, D. E. Mundos de significados: geografia cultural e imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia cultural: um século (II)*. Tradução de Tânia Shepherd. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000. (p. 33-60).
- DAVIS, M. Fortaleza LA. In: _____. *Cidade de quartzzo*. São Paulo: Scritta/Página Aberta, 1993 (p. 203-236).
- DUNCAN, J. *The city as text: The politics of landscape interpretations in the kandyam Kingboun*. Cambridge University Press, 1978.
- FREITAG, Bárbara R. Cidade e Violência. *Correio Brasiliense*, Brasília/DF, 26 de maio de 2002, p.5.
- GERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- Habermas, J. (1989). *Teoría de la acción comunicativa: Complementos y estudios previos*. (M. J. Redondo, Trad.). Madrid: Cátedra. (Original publicado em 1984)
- JOVCHELOVITCH, S. *Representações Sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

_____. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos e Representações Sociais*. 8ª edição. Petrópolis, 2003 (p.63-88).

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2003 (404p).

OLIVEN, R. G. Violência e cidade. In: BOSCHIM, R. R. (Org.). *Violência e cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, debates urbanos, nº 2, 1982.

PEREIRA, C. A. M. et al. (Orgs.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SÁ, Celso P. de., Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (Org.). *O Conhecimento no cotidiano: as representações na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993 (pp.19-45).

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1996(a).

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996 (306p).

_____. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico e informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SOUSA FILHO, A. de., *Medos, mitos e castigos: notas sobre a pena de morte*. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Correa, R.L.. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e temas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995 (p.140-164).

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores de meio ambiente*. São Paulo: Difel/Difusão Editorial, 1980.

_____. *Espaço e Lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

ⁱ Valores absolutos obtidos a partir do banco de dados dos Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM) – 1979 a 1995 / 1996 a 2002.

ⁱⁱ Números registrados pelo Ministério da Saúde por 100 mil habitantes nas regiões metropolitanas – consideradas as Regiões Metropolitanas e os Núcleos Metropolitanos divulgados pelo Senso de 2000 do IBGE e a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal – do Brasil entre 1980 e 2002 e divulgadas pelo Ministério da Justiça (Fonte: Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. Organização dos dados: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – Coordenação Geral de Pesquisa e Coordenação Geral de Análise da Informação).

ⁱⁱⁱ Entendemos territorialidade, conforme Souza (1995, p. 97), como sendo “*relações de poder espacialmente delimitadas e operando (...) sobre um substrato referencial*”. Grifo no original do autor.